# A GEOGRAFIA QUE DESEJAMOS[1]

*Amélia Luisa Damiani*[2]

*"Eu aprendo a querer tudo e a não alcançar nada, guiado pela única constância de ser humano e a consciência de não sê-lo jamais o bastante." (Raoul Vaneigem)*

Tem-se, praticamente como verdade inquestionável, que a constituição da geografia, enquanto geografia humana, de tradição francesa, apresenta como fundamento o positivismo, o que equivale a pensar este momento da geografia como uma aproximação científica empirista, pois se devota ao fenômeno como ele é, como ele aparece regular e constantemente, sendo que o aparecer é o instrumento do conhecimento o mais importante e não nega a história desse fenômeno, ao contrário, a contém. E por que a contém? Porque não há descontinuidade: os elementos constitutivos do fenômeno sempre estiveram presentes e a história é a longa relação entre eles. Considerando o fenômeno humano como o fundamental, para essa geografia, os elementos que o constituem são o meio natural e a habilidade do homem, exercida socialmente. Hoje, se essa geografia nos parece uma geografia especialmente descritiva, portanto insuficiente e pouco científica, ela se propunha como

[1] A primeira versão deste texto, no seu primeiro fragmento, foi apresentada no V Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais - A Geografia na Modernização do Mundo, realizado pela AGB/BH, em 2005.

[2] Profa. Dra. do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ciência, que não se confundia com as técnicas; assim, de um lado haveria a aplicação de técnicas e a prática, e, de outro, o conhecimento e a própria ciência geográfica.

Henri Lefebvre, de modo diferente, identifica, no final do século XIX, uma negação do positivismo, na sua própria constituição, no sentido de que ele representava pouco os avanços científicos de seu tempo, avanços que punham a possibilidade do desenvolvimento da ciência teórica, movida por hipóteses teóricas, de caráter relativo:

> "A hipótese teórica apóia-se numa realidade (portanto comporta a determinação da coisa, na sua essência, seu conceito, sua qualidade) [...] expressa a possibilidade de uma *revisão e de um aprofundamento dos conceitos.*"[3]

Trata-se, também, do reconhecimento do "descontínuo, do acaso, do cálculo das probabilidades."[4]

> "As ciências se encontram religadas ou, como se diz em anatomia, 'anastomoseadas' por uma rede cada vez mais complexa de relações. A matemática sob sua forma estatística se introduz não somente em física e química, mas em biologia (ecologia), em sociologia [...].
> A biologia comporta uma bioquímica, uma química biológica. Entre a sociologia e as ciências da natureza, intercalam-se a geografia humana, a antropologia, a pré-história, etc."[5]

Não haveria fronteiras estanques e rígidas entre as ciências, como advogava o positivismo, mas linhas de demarcação flexíveis. "Portanto, as ciências tenderiam à unidade."[6]

---

[3] LEFEBVRE, Henri. Méthodologie des sciences. Paris : Anthropos, 2002, p. 47.

[4] Op. cit. p. 48.

[5] Op. cit. p. 48.

[6] Op. cit. p. 48.

Essa perspectiva histórica do desenvolvimento das ciências, no período de desenvolvimento de uma geografia humana, propõe repensar os elos estreitos entre ela e o positivismo e encarar a geografia humana como de caráter cientificamente mais complexo e numa relação com a prática também mais complexa. No momento do desenvolvimento das ciências, quando as ciências naturais absorvem o acaso, definem leis estatísticas, se aproximam das leis históricas e sociais, "reciprocamente, o estudo da realidade humana se aproxima das condições nas quais nós descobrimos as leis da natureza."[7]

> "Entre as ciências do homem e aquelas da natureza se intercala a geografia humana", [entre outras] [...][8]
> O homem age sobre a natureza; não se separa dela metafisicamente [...] Sua ação, sua potência sobre a natureza, é ainda uma relação com a natureza. A organização (prática) desta relação é então um *fato objetivo fundamental* [...] A história humana e a sociedade podem, portanto, ser estudadas *a partir da natureza e como um processo objetivo e natural.*"[9]

Os elos práticos entre o homem e a natureza, propostos nesse momento histórico e completamente potencializados, considerando os avanços das ciências e das técnicas e sua aplicação prática na indústria, unem, através da geografia, entre outras ciências, as ciências da natureza e as do homem.

Os limites históricos dessa geografia, que ainda são os nossos, não são estritamente limites metodológicos, mas limites de fundamentos da sociedade que se desenvolvia: a sociedade que se realiza e se nega pelo desenvolvimento das trocas e do dinheiro; a sociedade cujo processo de identificação é abstrato,

---

[7] LEFEBVRE, Henri, 2002, p. 118.

[8] LEFEBVRE, Henri, 2002, p. 51.

[9] LEFEBVRE, Henri, 2002, p. 122-123.

através do desenvolvimento do Estado; a sociedade que se propõe acumulativa - de capitais; técnicas; experiências, civilizações -, mas cuja causa acumulativa maior é de cunho econômico e em que a proletarização de milhões de seres humanos também é acumulativa, pois leva de roldão, nesta economia, mais e mais homens, mulheres e crianças, inseridos precariamente nesta história moderna. Guy Debord avalia que esses seres não têm o controle da história; eles vivem, de alguma forma, o tempo cíclico, sob o alvoroço da história que paira acima, história sempre apropriada pelos poderosos: os que produzem as estratégias, os que mantêm o controle econômico e político.[10]

O que a geografia, nesse final do século XIX, na França especialmente, busca é encontrar a identidade da humanidade do homem, produzida na relação homem-natureza. O que a devastação dessa economia acumulativa capitalista nos assegura tentar decifrar, hoje, é um enorme processo de desumanização. Raoul Vaneigem fala de economia de exploração, "economia empobrecida por ter consumido a terra e o homem", em que "a relação mercantil substitui a relação humana."[11]

A geografia definida como clássica acreditava na forma do Estado, como civilizatória. O desenvolvimento da geopolítica, especialmente, tinha este caráter, o que, inclusive, incluía uma análise positiva do moderno processo de colonização. Então, a relação da geografia com a prática passava pela mediação do Estado.

Uma geografia contemporânea, que atualiza uma geografia crítica - de presença anarquista e subversiva, portanto, não estatista - questiona a economia e o Estado. Esta é a grande aquisição destes novos tempos: generalizar a crítica do processo de desumanização, inerente às ações econômicas e estatistas. Portanto, a relação com a prática já não é, necessariamente, sob a mediação do Estado.

---

[10] DEBORD, Guy. La société du spectacle. Paris: Gallimard, 1992.

[11] VANEIGEM, Raoul. Nous qui désirons sans fin. Paris: Gallimard, 1996. p. 18 e 20, respectivamente.

Cedo, a geografia reconheceu o plano das estratégias. Ele era combinado com o tratamento do objeto no interior de uma lógica formal. O que é próprio desta lógica e difícil de romper é a separação entre os elementos de uma relação e o estabelecimento da exterioridade recíproca destes elementos no seu desenvolvimento. É possível reconhecer certas relações de causalidade, mas não a relação constitutiva interna dos elementos entre si, nos termos da compreensão da dupla e interna determinação entre eles e de um processo negativo implicado. E, por isto, se torna mais complicado encontrar um tratamento do objeto em movimento, uma noção de processo. Pode ser elucidativo verificar, por exemplo, o tratamento dos elementos constitutivos da mercadoria - valor de uso e valor de troca -, como um conceito básico e presente numa geografia mais crítica; entretanto, é comum manter esses elementos autônomos, como se fosse possível falar de um ou de outro separadamente. Tal coisa tem valor de uso; tal outra, valor de troca... A relação interna e negativa entre esses elementos, na definição da mercadoria, ainda é de difícil discernimento.

> "Esclarecendo, nenhum desses caracteres se manifesta em estado puro com suas particularidades definidas uma vez por todas, mas cada um entre eles se une, ao contrário, submetido a leis de interdependência, num movimento, numa progressão em que um só se transforma modificando o outro."[12]

Uma geografia que inclua a dialética e, ainda, a relação entre estratégia e dialética pode nos ajudar a compreender os termos da modernização do mundo. É necessário examinar o processo de modernização extensiva e intensivamente. E, neste duplo, os termos da deterioração da vida social e humana e da própria economia.

---

[12] VANEIGEM, Raoul. Isidore Ducasse et le Comte de Lautréamont dans les Poésies (veiculado por internet, 2005).

- **Extensivamente**, trata-se da incorporação de todos os espaços e tempos no universo dessa economia; e é uma extensão paradoxal, pois envolvida pelo universo concentracionista, do absolutismo financeiro, em que "o espaço se contrai a dimensão de uma cotação de bolsa de valores", um ponto concêntrico de onde se regula à distância "todos os lugares", que interessam; cada vez mais, a curto termo.[13]

Um núcleo de compreensão necessário é considerar a financeirização. "O absolutismo financeiro engendra um empobrecimento absoluto."[14]

O capital não se resolve em simples entesouramento. A idéia popular de quem guarda dinheiro no colchão e ele perde valor é própria de uma percepção popular de que o dinheiro no capitalismo tem que se manter no mercado, circulando.

Uma outra consideração importante é aquela de que o dinheiro como meio de circulação no comércio e serviços a varejo e populares é um meio de circulação "subsidiário" e não exatamente o meio de circulação dominante. Vamos pensar em reais, nossa moeda corrente: as moedas propriamente e as notas de pequeno valor, que circulam na vida cotidiana da maioria da população, são apenas signos de partes alíquotas do meio de circulação dominante, que são as notas de maior valor, que estipulam os preços das mercadorias que definem a qualidade dos mercados, neste caso nacionais. Então, os preços dos carros, das televisões, das mercadorias de consumo duráveis, próprios de nosso mercado, neste momento de nossa história - o recorte histórico da presença dessas mercadorias, como determinantes, costuma-se localizar na segunda metade do século XX -, realizam os preços e não são meios de circulação evanescentes, que facilmente desaparecem, como as moedas e notas de baixo valor.

---

[13] VANEIGEM, Raoul, 1996, p. 67. "A realidade econômica é a realidade economizada. O universo aí se reduz à dimensão do dinheiro." (p. 72)

[14] VANEIGEM, Raoul, 1996, p. 75.

Entesourar moedas de pequeno valor parece equivocado exatamente porque o tesouro se produz com notas mais valorosas. Imaginem quantas moedas de R$ 0,25 centavos seriam necessárias para guardar R$ 100,00 reais: 400 moedas; um cofre cheio e ao mesmo tempo de baixo valor. São cofres infantis. Em resumo, o dinheiro da maioria da população, da população mais pobre, o dinheiro que ela pode ter na mão todo dia, só reunido em grandes quantidades, e traduzido em notas mais valiosas, define o dinheiro dos negócios.[15] Ao mesmo tempo, esta parte alíquota ínfima demonstra a abstração própria do preço e do dinheiro, que chega na vida humana.

É eloqüente o tratamento da questão por Vaneigem, que utilizo para considerar o movimento da modernização do mundo:

> "O sacrifício da vida humana à necessidade de trabalhar inaugurou uma lógica de morte que leva a suas conseqüências extremas o sacrifício da sobrevivência aos imperativos monetários."[16]

- Então, intensivamente, trata-se de decifrar a metamorfose dos modos de vida, a constituição e a reprodução da cotidianidade; em suma, a alienação cotidiana, sintetizadora das várias formas de alienação: política, econômica, cultural, etc. No lugar da vida, toda ordem de sobrevivência e morte. E, paradoxalmente, a sociedade se culturaliza, isto é, mercantiliza-se tudo como tal; o que autonomiza os elementos do que se convencionaria como cultura, numa generalização de produtos simbólicos ou simbolizados para consumo.

---

[15] MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economia política (Grundrisse) 1857-1858. Argentina: Siglo Veintiuno, 1977, volume 2, p. 364 (em alemão, 695). Este parágrafo faz parte de contribuição pessoal num trabalho coletivo, realizado no Laboratório de Geografia Urbana - LABUR - sobre a crise do trabalho.

[16] VANEIGEM, Raoul, 1996, p. 77.

O que seria próprio dessa alienação cotidiana?
- a consciência ambígua das contradições; as contradições abafadas, atenuadas no cotidiano. Somente, em certos momentos, vividas de forma crítica. Daí, talvez, a apatia, que persiste até em momentos de crise.
- a completa identificação entre o homem e o que Lefebvre chama de a ordem distante - um âmbito do econômico e do político, que entra na vida das pessoas, sem que tenham dele discernimento -, numa relação constituída como esquizofrênica, isto é, o homem se perde na absoluta identificação com o outro dele, sem consciência desta relação de identificação doentia, quando o outro, no qual se reflete, é sua negação. De todo modo, é preciso fazer a pergunta: como são vividas as abstrações? As relações não são exatamente imediatas. Do concreto da vida, fazem parte abstrações poderosas, como o dinheiro, a mercadoria, o Estado... Abstrações concretas. Há uma "regressão do concreto, diante do abstrato."

> "Sem cessar a tomada de consciência se despoja dos elementos intuitivos, espontâneos para se elevar a uma autonomia discursiva, absoluta ao ponto de ignorar o recurso a uma experiência concreta da qual ela era, entretanto, solidária nos seus inícios."[17]

Neste momento de deterioração da experiência humana possível, os termos ideológicos de sua aparição, entre outros, são, de modo invertido, através da contraposição entre qualidade ambiental e núcleos socialmente pobres: o controle da urbanização indesejada, por exemplo, definida como de "baixa qualidade ambiental e social" ou enquanto "ocupação informal", "assentamentos irregulares" e "espontâneos".

---

[17] VANEIGEM, Raoul. Isidore Ducasse et le Comte de Lautréamont dans les Poésies. (veiculado por internet, 2005).

A natureza humana e a natureza natural aparecem cindidas, nesta economia de exploração que inclui a ambas.

...

Num processo de, através de um conceito e de sua negação, superação, encontrar a formação de outro conceito, tem-se o deciframento de seus elementos comuns, que tenderam a ser superados, e de suas diferenças, tornadas contradições. Um convite interessante é ensaiar o esboço de um movimento de dialetização dos conceitos de meio geográfico e espaço geográfico.

A concepção de meio geográfico exaltava a atividade humana, na relação do homem com a natureza. Definiu-se como possibilista, inclusive, nesta medida: sob a determinação da natureza, o homem apresenta-se como um elemento ativo do processo civilizatório. A atividade humana era definida como transformadora. Ao mesmo tempo, singular e universal. Definia as especificidades de cada meio - especialmente considerando que o homem, envolvido em certas condições naturais, era diferente de outros, que viviam outras condições naturais, e à base dessa diferença se constituía outra diferença, que era a capacidade humana diferenciada de transformar as condições naturais - e a universalidade do processo civilizatório em curso.

Em síntese, mais de uma civilização tendia a se realizar e todo o processo sintetizava a formação do homem e de uma natureza transformada. O plano era o dos fenômenos de longa duração. As cidades, na sua identidade com qualquer outra cidade, era uma mudança de processo que assustava. Ela alteraria a compreensão clássica posta pelo pensamento geográfico. O que foi se constituindo - aqui imobilizando, por análise, as influências fora da geografia - foi o deciframento da natureza dessa atividade humana: ela não era sempre a mesma. Havia uma particularidade - dos tempos modernos - que, como mediação, precipitaria uma transformação radical da compreensão da geografia como ciência

humana: a atividade humana, no capitalismo, concebida como trabalho, sugeria a metamorfose do trabalho útil, concreto, que, sem deixar de sê-lo, se realizaria como trabalho abstrato.

Nesse momento, o atributo do homem, o trabalho, se colocaria, ao mesmo tempo, como realização do ser humano e como perda de sua humanidade, como negação do homem. A geografia passa a absorver a crítica da economia política, para muitos, numa versão marxista estrutural.

Esta passagem é um exemplo, aqui reduzido, de dialetização de um conceito da geografia, para demonstrar o movimento de superação da geografia clássica e sua produção como geografia contemporânea, mais propriamente como geografia crítica. Se o meio, humanizado, seria a tradução da humanidade do homem e da natureza humanizada; o espaço geográfico seria a contradição entre o homem e a natureza; o embate entre os homens, o domínio da natureza não coincidindo com a apropriação da natureza.

O meio, tornado espaço, pela particularidade posta, se resolve numa universalidade abstrata, que determina a negação de sua singularidade: o espaço como mercadoria, o espaço se homogeneizando, tornando-se apropriado para uma finalidade de compra e venda e não de satisfação de necessidades cada vez mais humanas. A satisfação das necessidades torna-se um meio, submetida a uma finalidade, que, por sua vez, a transforma radicalmente.

...

Considero a Geografia uma das ciências do espaço e, considero, também, que, por esta via, há um tratamento particular do objeto de estudo, que inclui a problemática temporal, mas de modo diferenciado. Simultaneamente, as diversas temporalidades históricas se realizam no espaço e o definem. Para nós, trabalhar com determinações históricas, próprias de uma formação econômico-social - como a capitalista

- e com determinações gerais, referentes à história de longa duração, define uma questão central.

A racionalidade do espaço implica ou não, necessariamente, fatos de longa duração?

Haveria uma questão espacial própria da formação econômico-social atual? Ela se sobrepõe às demais questões? Ela as elimina?

O que é da ordem do espacial é cumulativo no tempo. O que é da ordem do espacial é mais diretamente ligado à estrutura e à forma. O que é da ordem do espacial inclui a relação entre elementos ecológicos e sociais. Sendo que os primeiros envolvem um tratamento, que pode, e não necessariamente, traduzir-se como próprio a fenômenos de longa duração; com relação constitutiva com a natureza; na verdade, propondo uma lógica de interação e organização envolvendo o homem e a natureza, portanto, tendendo à sistêmica. Os elementos sociais, estes são mais permeáveis a um tempo de curta duração, metamorfoseiam-se segundo impulsos econômicos e políticos mais precisos historicamente; remetem à relação homem-homem; tendendo a se adequar a uma lógica dialética.

A Geografia, o tempo todo, está incluída neste possível-impossível de relacionar fenômenos de natureza tão diversa. Ora, tendemos a discernir a questão ecológica com acuidade pormenorizada de tratamento físico-ambiental e, num salto no abismo, escolhemos estratégias políticas para administrá-la, passando por cima da natureza intrínseca do que é o institucional numa época como a nossa: aquela do atrelamento do político com o econômico, nos termos de um Estado de urgência, colado na economia e, portanto, servindo-a. Por outro lado, meio sem jeito, tratamos a questão social, de um ângulo complicado que é a ótica do espacial. Dizia-se num determinado momento da história das ciências, nesta própria Universidade, que a Geografia era uma ciência que identificava ocupação e uso no e do espaço, incapaz de decifrar a abstração concreta do valor de troca e do valor, francamente a imperar na modernização da sociedade.

Uma Geografia sistêmica conduziu os estudos de Geografia Física e uma Geografia Crítica refletiu a Geografia Humana que estudava os fenômenos modernos e sociais. Este partilhamento jamais o superamos. A crise ecológica atual, os instrumentos técnicos à disposição do geógrafo, as formas de profissionalização propostas por nossa época definem praticamente um segmento da Geografia, cindido do outro, aquele que ensaia ler a determinação da crise econômico-social.

O "ambiente urbano", que vivenciamos, quer em São Paulo, quer, possivelmente, em outras grandes metrópoles, põe ambas determinações em embate - a determinação ecológica e a determinação social. As áreas de proteção ambiental; as áreas de conservação não se realizam plenamente como tais, são assuntadas pela crise social, que reflete a gravidade da crise econômica. É só examinar os milhões de moradores ao redor das represas Billings e Guarapiranga, em São Paulo. Pesquisas recentes sugerem, a propósito dos loteamentos da Represa Guarapiranga, um mercado informal de terras muito lucrativo, impulsionado pela própria legislação ambiental. O mesmo se repete na Billings.[18] Também importante considerar que, no Programa Estratégico do Rodoanel, que chega a se pretender enquanto uma estratégia de controle de espaços deteriorados e socialmente degradados, pela "valorização" dos espaços implicados, a idéia de qualidade ambiental se contrapõe a tais espaços deteriorados. E o Programa apareceria como "inibidor da ocupação irregular".[19]

---

[18] MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. Nos confins da metrópole: o urbano às margens da represa Guarapiranga, em São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999. E BUENO, Ana Karina S. e REYDON, Bastiann P. O mercado de terras informal nas áreas de mananciais. São Paulo: UNICAMP (manuscrito); entre outras pesquisas.

[19] Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Rodoanel. Governo do Estado de São Paulo, 2004.

Outras pesquisas apontam a relação entre novos empreendimentos imobiliários e a absorção não só discursiva do ambientalismo, mas a utilização da legislação em benefício da formatação dos novos negócios urbanos; um exemplo importante é a recuperação da RPPN - reserva particular de patrimônio natural - como parte constitutiva dos núcleos de condomínios fechados.[20] Ainda a acrescentar, as compensações, constantes da Lei nº 11.216, de 2002, alterando a lei de proteção dos mananciais de 1976, do estado de São Paulo, que remetem à vinculação ao mesmo empreendimento de áreas de terreno ou gleba não contíguas. A partir dessa nova legislação compensatória, é possível a anexação, a um loteamento irregular, para regularizá-lo, de uma área que passa a constituir uma reserva particular do patrimônio natural (RPPN), protegida não pelo poder público, mas pelos particulares. Com o tempo, pode vir a significar uma valorização potencial futura, com a possibilidade de expulsão da população do loteamento popular assim regularizado.

A compreensão sobre a metrópole de São Paulo, com a qual venho trabalhando, pretende sintetizar, nesse sentido, a concepção de urbanização crítica.

Do que precede: seria possível escolher entre os problemas ambientais e sociais? Seria possível administrá-los?

Ambos imbricados estão a ressaltar a crise dos fundamentos dessa economia de exploração, cuja solução aparece como o impossível-possível, isto é, aponta para sua superação a necessária crítica radical desses fundamentos, na teoria e na prática.

---

[20] FREITAS, Eliano de Souza Martins. A reprodução social da metrópole em Belo Horizonte: APA Sul RMBH, mapeando novas raridades. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade de Minas Gerais, 2004. Entre os exemplos, destaca-se o "do empreendimento imobiliário 'Vale dos Cristais' (localizado às margens da rodovia MG-030), resultado da articulação entre a Anglo-Gold e a Odebrecht Engenharia e Construções."(p. 246)

Voltando à concepção, acima levantada, a do cerne do espacial e a Geografia, é inegável, desde meados do século XX, no mundo inteiro, o sentido abrangente da urbanização; parte significativa da população mundial vive nas cidades. É também significativo o processo de homogeneização e fragmentação da vida social e urbana. A este propósito, a noção de cotidianidade traz à luz os termos da reprodução social atual. E há hierarquias sociais, que se inscrevem no espaço dolorosamente. Em nossas periferias, abrigando mais da metade da população da cidade, se vive a distância física e social da cidade propriamente. O desemprego e, no mundo do dinheiro, esses sem dinheiro sobrevivem nesses guetos, confinados, tornados territórios, que, abrigando políticas clientelistas, abrigam também simultaneamente territórios religiosos vários, de fundamento apocalíptico. A extensão do tecido urbano, por si só, define uma questão ecológica importante: a extensão dos espaços de concreto. "É exato afirmar que o quadro de vida e a qualidade do ambiente passam ao grau das urgências e da problemática política."[21] A presença possível de adensamentos populacionais, através de novos loteamentos clandestinos e conjuntos habitacionais, nas áreas periféricas já densamente ocupadas, destrói a possibilidade de vida urbana. Portanto, observa-se uma deterioração urbana, intensiva e extensiva, posta.

Vende-se qualidade de vida, vende-se "natureza", a demonstrar não o que temos, mas uma presença-ausência: o que necessitamos e somente negando radicalmente essa forma de reprodução social alcançaremos. Portanto, em síntese, a problemática do cotidiano põe simultaneamente as questões sociais e ambientais, sem resolvê-las institucionalmente; embora, sejam invadidas pelas institucionalidades várias.

---

[21] LEFEBVRE, Henri. Quand la ville se perd dans la métamorphose planétaire. IN : *La Somme et le Reste*, nº 3, fevereiro de 2004, p. 24.

> "O urbano concebido e vivido como prática social está em vias de deterioração e talvez de desaparição... Aí se produz uma dialetização específica das relações sociais, e é um segundo paradoxo: centros e periferias se supõem e se opõem."[22]

Na cidade, o citadino está em movimento perpétuo, no sentido de que há um processo de transformação da situação geográfica da cidade, própria do urbano como negócio, que, considerando a valorização e capitalização do espaço urbano, impõe essa itinerância urbana. Os mais pobres a vivem na pele e a aceitam como destino.

Impõe-se a necessidade da vida associativa e autogestionária, que rompe com as instituições e não a alimentam.

> "É preciso restituir o lugar eminente de formas bem conhecidas mas um pouco negligenciadas, tais como a vida associativa ou a autogestão, que adquirem um outro conteúdo quando elas se aplicam ao urbano. A questão é então de saber se o movimento social e político pode se formular e se articular em torno dos problemas pontuais mas entretanto concretos, concernindo todas as dimensões da vida cotidiana."[23]

O "ambiente urbano" se define como o lócus dessa síntese de natureza espacial, com conteúdos sócio-ecológicos a resgatar. E não poderia fazê-lo sob o modelo formal, sistêmico, pois está cravado nas contradições desta sociedade.

...

O sentido do processo mercantil moderno é a economia financeirizada extremamente volátil, gastando vorazmente

---

[22] LEFEBVRE, Henri, fevereiro de 2004, p. 21.

[23] Op. Cit. p. 22.

recursos humanos e recursos naturais e migrando incessantemente.[24] "A economia faz o homem à imagem da mercadoria"[25]. Raoul Vaneigem chega a situar um estado de delírio esquizofrênico: a estrita identificação entre o homem desumanizado e a coisa que o desumaniza, ele se gasta como humano. E esse universo de economia dilapidadora é um universo concentracionário.[26] Luta-se por inclusão não residual.

Verifica-se a intensificação de assimetrias entre países que centralizam essa economia, que se financeiriza, e aqueles que, de modo precário, dela fazem parte, sendo que a América Latina e a África compõem preferencialmente esses grupos de países - lembrando que esta economia tem circuito mundial, mas seleciona espaços de mercado privilegiados o tempo todo -, portanto há uma crescente desigualdade, considerando a globalização e a integração produtiva, comercial e financeira.[27]

Nas questões sociais e econômicas a cidade *personifica* esses processos: adotando-se estratégias de competitividade na atração de investimentos e os poderes locais devendo promover essas possibilidades de inserção nos espaços econômicos globais, completamente envolvidos pelas agendas e organismos internacionais de financiamento. A gestão, as ações deliberadas das estratégias se tornam cada vez mais dominantes.

> "Se se quer atrair os investimentos do setor privado em lugares precisos, é preciso sem dúvida melhorar a infra-estrutura, mas é preciso antes melhorar as capacidades de gestão das autoridades locais. É uma

---

[24] VANEIGEM, Raoul, 1996 e outros textos do autor.

[25] Op. cit., p. 54.

[26] VANEIGEM, Raoul,1996, p. 66.

[27] BARRETO, Maria Inês. Inserção internacional de governos locais. Revista *Teoria e Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ano 17, nº 59, agosto/setembro de 2004, p. 12-16, p. 12.

> transformação em profundidade das modalidades da gestão urbana local [...] Ela é legitimada pela busca de uma melhor rentabilidade dos investimentos públicos e privados."[28]

Entre os itens de inserção: a promoção econômica para o exterior e a concepção e implementação de projetos urbanísticos.[29]

No mundo dessa economia, que inclui a cidade assim francamente, a cidade se eleva a sujeito. Inclusive, cidades populares, especialmente as pequenas, de inserção mais residual, passam a se tornar cidades econômicas - verdadeiros complexos produtivos -, o que pode substituir o grupo dominante local; cidades culturais - envolvendo aí a presença do turismo, que também altera substancialmente a inserção econômica e cultural de sua população; etc. É uma transformação social: a cidade se culturaliza, se economiza...[30] Para a compreensão dessa possibilidade de interpretação da cidade, aqui apenas anunciada, observe-se o tratamento do processo do capital como sujeito:

> "A força coletiva do trabalho, sua condição de trabalho social, é por fim a *força coletiva* do *capital*. Outro tanto ocorre com a *ciência*. Outro tanto com a divisão do trabalho, tal qual aparece enquanto divisão dos empregos e da troca resultante. Todos os poderes sociais da produção são forças produtivas do capital, e este mesmo se apresenta, pois, como o sujeito (grifo nosso) destas forças. Ante o trabalhador individual esta associação aparece como acidental. Aquele se vincula à sua própria associação com os

[28] OSMONT, Annik. La banque mondiale et les villes - du développement à l'ajustement. Paris: Karthala, 1995, p. 145.

[29] BARRETO, Maria Inês, agosto/setembro de 2004, p. 15.

[30] A partir de diálogo com Henri Lefebvre, publicado na revista *M*, de fevereiro de 1988.

demais trabalhadores e à sua cooperação com eles como algo *alheio*, como um modo de operar do capital."[31]

Num plano abstrato de tratamento desses processos, quanto ao espaço, eis um ensaio de movimento possível de uma crítica, pretendendo-se de algum modo dialética: do espaço livre da mercadoria - o espaço em si - à ocupação do espaço ou realidade do espaço - o espaço diferencial.

Como termos do espaço livre da mercadoria[32]:

a) Enquanto pressuposto: um pensamento que põe o espaço como a priori. Ao mesmo tempo neutro e dando universalidade "fictícia" aos conteúdos reais. O espaço como continente. Revisitado, numa outra abordagem, o espaço, assim configurado, seria a produção do vazio.

O espaço geométrico e vazio aparece como varredura ou a "telescopagem"[33] entre a geometria do espaço e a história do espaço (uma oscilação entre ambas, como indústria da herança;

---

[31] MARX, Karl, 1977, volume 2, p. 86.

"O capital [...] supõe já em certa escala, maior ou (p. 86) menor, uma concentração; por um lado em forma objetiva, ou seja, como concentração [...] de meios de subsistência, matéria-prima e instrumentos ou, para dizê-lo em uma palavra, de dinheiro como forma geral da riqueza; e por outro lado na forma subjetiva, a acumulação de forças de trabalho e concentração das mesmas em um ponto, sob o comando do capital." (p. 87)

"[...] quando se fala unicamente *do* capital, a concentração coincide com a acumulação ou com o conceito do capital. Isto é, que ainda não constitui uma determinação especial. Certamente, não obstante, o capital se enfrenta desde o começo na qualidade de um ou de unidade frente aos trabalhadores enquanto pluralidade. Desta sorte e frente ao trabalho aparece como a concentração dos trabalhadores, como uma unidade externa a estes. Neste sentido, a concentração está compreendida no conceito do capital [...] unidade à margem dos mesmos." (p. 92)

[32] DEBORD, Guy, 1992.

[33] O termo foi utilizado por Henri Lefebvre, em *La production de l'espace*. A télescopage está no plano de uma ilusão, de uma confusão, de um misto de realidade e representação, potencializado, por transferência e redefinição de conteúdos, terrivelmente ativas.

reinvenção das tradições). Henri Lefebvre fala, assim, em acumulação primitiva do espaço.[34]

b) Como condição de existência: o espaço como ponto de reunião de conjuntos de produtos específicos. Como conjunto que não supera a exterioridade recíproca desses objetos. Socialmente é a fragmentação-unificação dos conteúdos da vida individual e social. Os limites de subjetivação que implica: a totalização pela economia, a produção capitalista unificando o espaço na fragmentação. Chega-se ao espaço enquanto espaço produtivo.[35]

Em direção à realidade do espaço:

a) Espaço geométrico como presença real, não só existência lógica, mas sua "vivência" em estado de ambigüidade (quando as contradições se deterioram, a oposição estagna, há confusão, mistura dos termos em oposição). Que se leve, no plano do conhecimento, a hipótese até o limite: vislumbrando da extensão do mundo da mercadoria e do mercado ao deciframento das formas insurgentes. Que se questione o equilíbrio espacial, e se ponha no lugar uma geografia do movimento.

b) Decifrar os objetos em diferentes escalas é suficiente? Somente se se reconhecer a sobreposição de escalas, os entrecruzamentos, os imbricamentos: o local realizando o mundial e incluindo, ao mesmo tempo, o subterrâneo.

c) Desdobramentos em dimensões: a trama, a rede é suficiente? Sim, caso se realize a metamorfose: no lugar do espaço em si, a ocupação do espaço (práticas espaciais) ou a realidade do espaço, como negação da seleção dos espaços, negação de um processo extensivo e intensivo de banalização posto pela unificação (igualizando as diferenças: mercadorias produzidas

---

[34] LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 2000, 4ª edição.

[35] A noção de supostos históricos e de a condição de existência são argumentos decisivos sobre o movimento da acumulação originária do capital. MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economia política (Grundrisse) 1857-1858. Argentina: Siglo Veintiuno, 1977, volume 1.

em série para o espaço abstrato do mercado). Põem-se as qualidades dos lugares, as diferenças: o espaço diferencial, vivido, a história como ativa, como referência de acontecimentos, a implicação dos espaços sociais, a deriva. A deriva tornando-se um procedimento de conhecimento, de trabalho de campo, ainda potente.[36]

...

Dessa forma, é possível contrapor duas leituras de processos, sendo que ambas ativas na produção das ações populares e estatistas:

1. Um empirismo a guiar o conhecimento, tendo a experiência como seu fundamento, a determinação do particular e do finito. Empirismo que rondou a geografia clássica, mas, na verdade, mantém sua atualidade. É uma hipótese. Diante desse método, embora ele contenha certa universalidade de tratamento do objeto e certa unidade, o acento estaria na determinação do objeto como situação conjuntural, a dos processos quando experienciados de modo que, mesmo levando em conta a história - e ela aparece como sedimento de um presente -, é o presente o que conta. A noção de processo inclui aqui a de rupturas, sem sobras. Esse empirismo é combinado com uma compreensão de separação nítida do objeto e do sujeito. E o sujeito, livre da objetividade, pratica o mundo. É um pensamento tecnocrático, muito atuante, movido por uma racionalidade que pode se definir como técnico-burocrática. Quanto ao urbano, guarda nessa concepção a definição de urbanização desordenada, entre outras, que sugere a possibilidade de projetos de planificação, fundados em uma "racionalidade técnica competente". Esse caos espacial, que, inversamente, pode ser um sintoma complexo das circunstâncias próprias à deterioração das

[36] A deriva se define como um "comportamento 'lúdico-construtivo'; ligada a uma percepção-concepção do espaço urbano enquanto labirinto: espaço a 'decifrar' (como decifrando um texto com características secretas) e a descobrir pela experiência direta" (New Babylon, Constant - Art et Utopie - textes situationnistes. Paris: Cercle d'Art, 1997, p. 14).

contradições; assim, da incapacidade de se vislumbrar sua superação e não de correção.[37] Enquanto caos espacial, pode-se conceber, ao invés da urbanização desordenada, a urbanização crítica.

2. Uma outra leitura de processo ensaia superar a separação sujeito-objeto; e definir o sujeito não por sua particularidade, mas pela relação do particular e subjetivo com o que é universal e definido como objetividade: as situações conjunturais estão envolvidas, ao mesmo tempo, num processo histórico e num complexo estrutural.

Na primeira concepção, o conhecimento e a ação, que sugere, são positivos.[38] No segundo caso, inclui-se uma razão definida pelo trabalho do negativo.[39] Em direção à prática, incluindo o trabalho do negativo.

---

[37] LEFEBVRE fala em oposição estagnante: "em que os termos se afrontam 'face a face', significativamente, depois se separam, se misturam na confusão" (LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 2000, 4ª edição, p. 257).

[38] "[...] é preciso em geral compreender por esta palavra o entendimento abstraindo e por isto dividindo, que persevera em suas divisões. Voltado contra a razão ele se comporta como *senso comum*, e faz valer suas visões segundo as quais a verdade repousa sobre a realidade sensível e os pensamentos são *somente* pensamentos, no sentido que é somente a percepção sensível que lhe dá conteúdo e realidade, e que a razão, na medida em que ela permanece em e para si dá vida a quimeras... o conceito de verdade se restringe ao conhecimento da verdade subjetiva, ao fenômeno, alguma coisa que não corresponde à natureza da própria coisa, o *saber* cai ao nível da opinião subjetiva." [HEGEL, Morceaux choisis. Paris: Gallimard, 1995 (1ª edição 1939), tradução de Henri Lefebvre e Norbert Guterman, p. 77 (Ciência da Lógica ou Grande Lógica)].

[39] "É preciso procurar o fundamento desta idéia tornada geral na descoberta do *conflito necessário* das determinações do entendimento. A reflexão já mencionada consiste em ir além do dado imediato concreto, de o determinar e de o dividir; mas ela deve ir *igualmente* além de suas determinações fragmentadoras, e antes de tudo as *colocar em relação*. No estágio desta relação seu conflito aparece; este procedimento de relação operada pela reflexão pertence implicitamente à Razão... chegar à descoberta do conflito é o grande passo negativo em direção ao conceito verdadeiro da razão... a contradição é precisamente o ato pelo qual a razão se eleva acima das limitações do entendimento e as dissolve" [Op. cit. p. 78 (Ciência da Lógica ou Grande Lógica)].

Antonio Negri e Giuseppe Cocco falam que, do ponto de vista de classe, a relação de exploração mexe diretamente com a multidão. Dizem:

> "Com certeza, a multidão se apresenta como força produtiva, seu conceito integra (e não exclui) o conceito de classe operária."[40]

A categoria de multidão, que hoje se atualiza, fez parte de um confronto de concepções, no século XVII, entre Spinoza e Hobbes; sendo a primeira definidora de "uma *pluralidade que persiste como tal* na cena pública [...] sem convergir no Uno"[41], próprio, por sua vez, de uma concepção de Hobbes, sobre o povo, estreitamente ligado à existência do Estado: "depois da instauração do Estado advém o povo-Uno, dotado de uma vontade única"[42]; assim, a multidão, refratária à obediência, é um conceito anti-estatal. Neste momento, é a confirmação de que a ação estatista não realiza a sociedade civil. A multidão apareceria como um conceito negativo, ativo e potente: "a forma de existência social e política dos muitos enquanto muitos... Para Spinoza, a multidão é a base, o fundamento das liberdades civis."[43]

O sítio dessa presença massificada é a cidade, mais particularmente a metrópole. Para se realizar como multidão as classes sociais, em particular a classe trabalhadora, se reproduzem de modo concentrado. Trata-se de uma exigência do processo de circulação do capital, mesmo com os avanços da divisão do trabalho no processo produtivo, avanços que propõem a

---

[40] NEGRI, Antonio e COCCO, Giuseppe. Novidades na América do Sul. *Teoria e Debate*. São Paulo: FPABRAMO, abril/maio de 2005, ano 18, nº 62, p. 40/42.

[41] VIRNO, Paolo. Gramática de la multitud - para un análisis de las formas de vida contemporáneas. Madri: Traficantes de Sueños, 2003, p. 21. (baseado em Spinoza)

[42] VIRNO, Paolo, 2003, p. 23.

[43] VIRNO, Paolo, 2003, p. 22. (citando Spinoza em Tratado Político)

desconcentração; o processo do capital é concentrador: de trabalhadores, de mercados, de mercadorias, de dinheiro, de finanças, de fluxos do capital, de signos; da força de trabalho como potência. Mas a particularidade do processo concentrador e massificador é também política: é possível identificar a produção política da massa, em detrimento da identidade da classe trabalhadora. Esta contradição histórica a pelo menos meio século se põe. Corroboram com esta situação particular as estratégias de organização, controle, regulação das populações e de sua mobilidade, na condição de trabalhadora, de moradora, de visitante, que acabam por estender esse processo concentrador, econômico e político, enquanto processo de redução da vida cotidiana, então concentrador dos restos de vida social e individual. Essa base particular do processo concentrador, localizada na metrópole, é, ao mesmo tempo, a universalidade do tempo e do espaço como valores de troca e a luta mundial pelo seu emprego: o do tempo e do espaço: "uma forma moderna de luta de classes", imprevista por Marx, nos termos de Henri Lefebvre"[44].

Paolo Virno discorda do sinônimo massa-multidão; ao contrário, trata-se para ele da subjetividade possível, neste momento de negação da subjetividade das classes populares: "os muitos devem ser pensados como individuação do universal, do genérico, do comum compartido."[45]

Mas os atos de revolta e revolução são artes e não ciência positiva e dogmática, que reverbera através das políticas estatistas.

---

[44] LEFEBVRE, Henri. A propos du centenaire de la mort de Marx. *Revue La Somme et le Reste* - études lefebvriennes - réseau mundial, nº 1, 2002, p. 20-26. São fragmentos de respostas de Henri Lefebvre a uma revista de Belgrado, a propósito de um questionário sobre o socialismo no mundo. Escritos referentes aos anos de 1983-84.

[45] VIRNO, Paolo, 2003, p. 26.

> "Mas as teorias não são feitas senão para morrer na guerra do tempo: são unidades mais ou menos fortes que se deve empregar no combate no momento justo; e sejam quais forem seus méritos ou suas deficiências, certamente não se pode empregar mais que aquelas que estão aí no seu devido tempo. Assim como as teorias se devem substituir porque se desgastam com as vitórias decisivas, mais ainda que com as derrotas parciais, assim nenhuma época viva saiu de uma teoria: no princípio estava um jogo, um conflito, uma viagem."[46]

...

A partir da urbanização crítica, supõem-se como premissas:

- a compreensão da miserabilidade potencializada neste momento da história da formação econômico-social capitalista: definida como processo de proletarização (destituição do lugar produtivo do trabalhador). Sequer a funcionalidade de um mercado informal de trabalho é suficiente para explicar o que as crises social e econômica atuais apontam, nos termos de seu sentido histórico mais amplo.

- a riqueza tornada processo expressivo de financeirização implicada nesta economia.

- o envolvimento da urbanização neste processo de modo nuclear: então se trata de urbanização crítica e não desordenada. Há, inclusive, concentração de novos migrantes - dos últimos dez anos - na fronteira periurbana da metrópole de São Paulo. Os dois fundamentos anteriores são incluídos no sentido de vinculá-los à urbanização crítica e permitir a superação do limite da urbanização ser compreendido como "urbanização desordenada".

---

[46] DEBORD, Guy. In girum imus nocte et consumimur igni e basuras y escombros. Barcelona: Anagrama, 2000, p. 27-28.

Falar nestes termos implica muita coisa, não se resolve facilmente. São sedimentos analíticos implicados, mutuamente relacionados. As relações definem contradições externas e internas e a metamorfose de uma na outra, isto é, a internalização subseqüente, do que aparece em princípio como condicionamento externo.

1. Que o processo urbano se realiza também como um processo econômico da urbanização, que pode ser definido como produção do espaço urbano.

2. Enquanto produção do espaço urbano, os elementos materiais envolvidos nesta produção - edifícios (para todas as formas de usos: comercial, serviços, industrial, doméstico...), pontes, viadutos, produção dos subterrâneos adequados, estradas, sistema viário de modo geral, canalizações - constituem formas autônomas do capital ou condição tecnológica para o efetuar-se do processo produtivo imediato (os lugares em que ocorre a produção, a distribuição, a comercialização...). Esses elementos materiais se realizam, enquanto determinação formal do capital, como capital fixo, cuja realização do valor, e do mais-valor envolvido, aparece sob formas financeiras cada vez mais internacionalizadas, abstratas - envolvendo títulos, endividamentos, consórcio entre o Estado e empresas, ações, rendimentos balizados por juros, de remuneração mundial -, para assegurar um retorno paulatino do valor adiantado - dada a natureza desses elementos. Em síntese, o urbano de per si sempre envolveu uma economia, enquanto determinação formal do capital, de complexa realização; portanto, logo potencialmente financeira, com todas as regulações implicadas enquanto adiantamentos, para realizar como circulante um capital de natureza fixo. Um momento dessa contabilidade financeira complexa é a realização da moderna propriedade da terra urbana: que tem buscado formas hiper-financeirizadas de realização e, portanto, mobilização. Assim, muito cedo, a economia urbana real incluiu uma economia fictícia. A relação entre a

materialidade dos elementos e sua constituição enquanto determinação formal do capital vai se redefinindo para sua realização enquanto tal (determinação formal do capital, tendo por finalidade realizar a mais-valia). A magnitude da parte fixa do capital aumenta, o que lhe é próprio, o define - inclusive criticamente - e, ao mesmo tempo, produzem-se modos renovados de lhe determinar como circulante: a verticalização é um grande momento de tradução da materialidade em capital fixado enquanto circulante. São os apartamentos, depois as cotas de grandes negócios imobiliários. As Operações Urbanas também aperfeiçoam as formas de realização de um corpo maior de edificações, definidas, também e não só, como unidade e totalidade. Os Planos Estratégicos se põem neste sentido também. Mas a possibilidade de realização do capital assim fixado e fixado localmente - configurando a idéia de ambiente construído: o capital fixado, inserido espacialmente a determinar a consideração do sentido ativo dessa qualidade espacial[47] - depende da possibilidade de valorização e/ou capitalização do entorno implicado. A valorização do entorno realiza - como renda da terra, como remunerações possíveis - as massas fixadas, mesmo assim com o concurso de dotações do Estado, consorciadas com capitais e fundos internacionais.

A considerar também aqui que tudo isso é processo, movimento: altera-se o tempo todo o estado geral do urbano economizado.

3. É necessário, na imagem dos sedimentos, neste momento, incluir: um sedimento que é essa economia na sua particularidade e, ao mesmo tempo, universalidade: considerando que a situamos no processo do capital, implicado na urbanização. Acompanhem, neste sentido, o trabalho de pesquisa em Geografia sobre a reprodução crítica da economia urbana, envolvendo a produção do espaço; a considerar as teses trabalhadas pela profa.

[47] Para maior aprofundamento, HARVEY, David. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, capítulo VIII, p. 210-243.

Ana Fani Alessandri Carlos[48], sobre o capital imobiliário e as de outros pesquisadores, cujos trabalhos são tão necessários para tal desvendamento, pois têm que ser, por sua natureza complexa, um trabalho coletivo. Outro sedimento é a população trabalhadora atraída, para seus negócios (incluindo a produção do espaço) e aqueles que os mesmos viabilizam - os próprios processos produtivos imediatos -, com todas as derivações históricas do processo de exploração. Nesse sentido, não só atrai, mas o faz perversamente, pois, o tempo todo, é posta também uma população superficial ao processo. Classicamente, o lumpen-proletariado. E, hoje, este excedente é rigorosamente o proletariado sem a possibilidade de inserção na produção, senão de modo contingente. Quiçá nossa sociedade - a brasileira; assim como outras similares - tenha posto cedo a impossibilidade da absorção produtiva do trabalho potencial; não estando aquém do moderno sistema produtivo, mas anunciando sua própria natureza crítica: a sobrevivência instaurada no lugar da vida. Um terceiro sedimento é aquele da espoliação urbana, para usar um termo já consolidado de Lúcio Kowarick.[49] Pois o espaço de localização dessa população está implicado economicamente e, portanto, potencialmente não serve às suas necessidades e vai ganhando preços cada vez mais substanciosos - aqueles de denotam o processo de valorização real e fictício. A finalidade não são as suas necessidades, mas tornar capital: a terra, o edifício, o urbano... Até rentismos, mercado de lotes e casas precário, sendo esses lotes periféricos de grande potencial de absorção de rendimentos com formas creditícias popularizadas para viabilizá-lo (aos preços dos aluguéis).[50]

---

[48] CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução da cidade como "negócio". IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles (orgs.) Urbanização e mundialização - estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-37.

[49] KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

[50] BUENO, Ana Karina S. e REYDON, Bastiann P. O mercado de terras informal nas áreas de mananciais. São Paulo: UNICAMP, manuscrito.

4. Houve uma literatura que concebia a necessária presença dessa população trabalhadora potencial nas cidades, que concentrava o substancial do moderno processo de produção. Dela derivou um lugar à política habitacional governamental, inclusive, com seu sentido político integrador. Mas logo se reconheceu o outro da cidade preparada como condição do capital: a "cidade" dos pobres urbanos, produzidos por esse duplo processo de capitalização. Eram os cortiços, as favelas, o aluguel e a casa própria auto-construída. Agora, também, os conjuntos habitacionais, os loteamentos clandestinos, os mutirões, as estratégias de mercantilização popular e clandestina dos espaços de moradia popular; estes últimos inclusive definidos como negócios lucrativos (especialmente quanto aos lotes produzidos nas fronteiras urbanas, especialmente considerando as estratégias de manutenção de parte do loteamento em espera para valorizações potenciais).

A partir deste segmento é possível falar de segregação sócio-espacial e centralidade como opostos e compostos.

5. Mas a cidade é real, com seus limites, e ela propõe trajetórias. Não é possível resolver os espaços centrais como espaços vazios para essa população proletarizada. As fronteiras estão e, ao mesmo tempo, não estão estritamente delimitadas. Lembro-me do prof. Pedro Vasconcelos a esse propósito no tratamento da segregação espacial, no VIII SIMPURB - Simpósio Nacional de Geografia Urbana[51]. Ele advogava a dificuldade de falar em segregação espacial. É uma problemática, não um fato empírico decisiva e facilmente constatado. Vera da Silva Telles fala de trajetórias urbanas, enquanto "mobilidades urbanas: trajetórias habitacionais, percursos ocupacionais, deslocamentos cotidianos, que articulam trabalho, moradia e serviços urbanos.

[51] VIII Simpósio de Geografia Urbana - Cidade, Espaço, Tempo, Civilização: por "uma transformação radical da sociedade como sociedade política", realizado no Recife, em Pernambuco, no período de 10 a 14 de novembro de 2003.

Três dimensões entrelaçadas nas trajetórias individuais e familiares."[52] Então, há segregação espacial, ela é recorrente e se torna aguda hoje: são milhões de moradores nas franjas dos espaços urbanos. Muda a medida do fenômeno periférico, com suas conseqüências a enfrentar. Aqui se localiza o tratamento necessário da multidão e essas multidões tendem a ser verdadeiras muralhas de habitação popular, localizadas, que do ponto de vista da mobilidade do capital são também mobilidades espaciais[53]. E, de alguma forma, torna-se impossível não se relacionar com o outro da segregação: as centralidades, inclusive, como bem lembradas pela profa. Odette Carvalho de Lima Seabra, as centralidades das periferias.

Assim teríamos, espacialmente falando, do ponto de vista da lógica do espaço e da realidade do espaço, a necessidade de pensar na existência de redes, numa sociedade que, mesmo de modo irrisório, põe o relacional.

Pierre George em Sociologia e Geografia avalia que é comum a possibilidade de uma concepção da importância das comunicações e das técnicas de informação enquanto elos de cada lugar com o mundo; contudo, como são tecidas essas relações no espaço vivido é mais complicado de considerar. A relação entre o fenômeno urbano e o cotidiano na geografia urbana tornou-se temática importante. Trata-se de uma temática aberta.

---

[52] TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade, (no prelo), manuscrito p. 7.

[53] Sobre este assunto é importante considerar as aquisições de outros trabalhos envolvendo a alteração da natureza do fenômeno, de acordo com a diferença de magnitude expressa. Trabalho com a noção de medida e sua importância na compreensão das periferias metropolitanas. Um texto, sob o título "Urbanización Crítica: Periferias Urbanas - Elementos a considerar en el camino de la comprensión de la ciudad como sujeto", contém uma análise nessa direção. Texto que poderá ser publicado em livro, em Barcelona, ainda em 2006, referente ao projeto "Globalización y Transformaciones Socio-Espaciales en las Metrópolis del Siglo XXI: Barcelona y São Paulo", coordenado pelos professores Ana Fani Alessandri Carlos e Carles Carreras. Outros momentos da argumentação aqui exposta compõem esse texto de modo mais analítico.

Com toda a necessidade de reconsideração, inclusive proposta pelo próprio autor, em livros posteriores, é preciso localizar o sentido da "grade de práticas espaciais", intentada por David Harvey em Condição Pós-moderna.[54] Nos termos de Roncayolo "a cidade é um campo de práticas".[55] Isto é, existem níveis e dimensões de espaços a decifrar. Com toda a turbulência implicada. Não existem só formas de combinação, mas rupturas postas nessas implicações.

6. A noção de situação geográfica é de grande valia para interpretar a materialidade do processo urbano e suas derivações enquanto determinações formais do processo do capital. Desde o início, a geografia concebeu essa necessidade de pôr a relação do núcleo urbano com seu entorno e a concepção vem se mobilizando desde então, para constituir a possibilidade de uma geografia do movimento, sintonizada com os fundamentos da sociedade contemporânea.

Deste ponto de vista, há uma metamorfose da funcionalidade da presença do trabalhador potencial na do morador temporário. A valorização e capitalização das periferias, inclusive reproduzindo formas de especulação financeira e fundiária, constitutivas de centralidades potenciais, acabam por levar a uma acumulação primitiva desses espaços; isto é, uma varredura dos seus usos e moradores existentes, em prol de novas estratégias e empreendimentos. Considerando a imensidão das periferias, as estratégias de expropriação devem ser gigantescas, a exemplo do Rodoanel Mario Covas, em São Paulo, que envolve potencialmente a metrópole inteira.

---

[54] HARVEY. David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992, p. 203.

[55] RONCAYOLO, Marcel. La ville et ses territoires. Paris: Gallimard, 1978, citado por TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade (no prelo).

Exatamente tendo em vista esse processo de produção de centralidades, envolvendo as periferias, pode-se pensar na presença de equipamentos, como os shoppings centers, os hipermercados..., que alteram as trajetórias e a dinâmica das periferias, significativamente. E definem o sentido do processo de expropriação potencial. Em São Paulo, um exemplo interessante é o do Shopping Center Tatuapé, onde existe uma circulação de pobres urbanos da região, que acaba por se tornar incômoda aos desígnios da promoção espacial, surgida com a capitalização do "bairro" do Tatuapé.

7. A sobrevivência e a vida como contradições no plano do possível-impossível, eis a conclusão. Os moradores vivendo esse sentido de perda: os adensamentos habitacionais; a extensão precária do tecido urbano; os territórios estritamente demarcados - como o do tráfico de drogas. Sendo que a grande droga é essa economia, que situa a destituição produtiva como incluída e a necessidade e a atração sedutora de consumos diversos, que alçam a presença do intermediário possível nesta situação limite: os negócios ilegais e a proletarização e morte, que envolvem. O tráfico de drogas faz parte das seduções dos consumos vários, pois facilita o caminho a percorrer para realizar os desejos de consumo administrados, próprios a essa economia.

Considerando essa base, toda ordem de institucionalidades se põe como anteparo e solução; institucionalidades que também perfazem as trajetórias mencionadas: descentralização dos poderes políticos, clientelismos políticos e institucionais, organizações não governamentais, igrejas, associações de moradores nominais. Mas põem-se também ações insurgentes e potenciais que buscam a vida, no interior da sobrevivência reiterada todo dia. Elas são menos econômicas e mais diversas - pois há limites de tratamento econômico dos seus fundamentos. Diversas, diferentes, insurgentes, negando explicitamente os limites de sobrevivência, localizando a possibilidade de vida: seu traço é **cultural e ambiental**. Dando identidade irreverente a espaços de sobrevivência, amontoados de gente sem infra-estruturas

urbanas. É a tentativa de buscar espaços qualitativos[56], daí seu perfil cultural e ambiental, diferente, neste último caso, das formas institucionais dos ambientalismos.[57] Espaços como diz um militante amigo, *Aldo*: de busca da "extrema beleza como direito".

...

## BIBLIOGRAFIA

*Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Rodoanel*. Governo do Estado de São Paulo, 2004.
BARRETO, Maria Inês. Inserção internacional de governos locais. Revista *Teoria e Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ano 17, nº 59, agosto/setembro de 2004, p. 12-16.
BUENO, Ana Karina S. e REYDON, Bastiann P. O mercado de terras informal nas áreas de mananciais. São Paulo: UNICAMP (manuscrito).
CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução da cidade como "negócio". IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles (orgs.) Urbanização e mundialização - estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-37.
DEBORD, Guy. La société du spectacle. Paris: Gallimard, 1992.
DEBORD, Guy. In girum imus nocte et consumimur igni e basuras y escombros. Barcelona: Anagrama, 2000.
FREITAS, Eliano de Souza Martins. A reprodução social da metrópole em Belo Horizonte: APA Sul RMBH, mapeando novas raridades. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade de Minas Gerais, 2004.
HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

[56] Ver o tratamento substancioso do tema em: SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole. Tese de livre-docência. São Paulo: DG, FFLCH, USP, 2003.

[57] Sobre o significado do ambientalismo, ver: MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio, 1999.

HARVEY, David. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
HEGEL, Morceaux choisis. Paris: Gallimard, 1995 (1ª edição 1939), tradução de Henri Lefebvre e Norbert Guterman.
KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 2000, 4ª edição.
LEFEBVRE, Henri. Méthodologie des sciences. Paris: Anthropos, 2002.
LEFEBVRE, Henri. A propos du centenaire de la mort de Marx. *Revue La Somme et le Reste* - études lefebvriennes - réseau mundial, nº 1, 2002, p. 20-26.
LEFEBVRE, Henri. Quand la ville se perd dans la métamorphose planétaire. *Revue La Somme et le Reste* - études lefebvriennes - réseau mundial, nº 3, fevereiro de 2004, p. 21-24.
MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. Nos confins da metrópole: o urbano às margens da represa Guarapiranga, em São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.
MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economia política (Grundrisse) 1857-1858. Argentina: Siglo Veintiuno, 1977, volumes 1 e 2.
NEGRI, Antonio e COCCO, Giuseppe. Novidades na América do Sul. *Teoria e Debate*. São Paulo: FPABRAMO, abril/maio de 2005, ano 18, nº 62, p. 40/42.
New Babylon, Constant - Art et Utopie - textes situationnistes. Paris: Cercle d'Art, 1997.
OSMONT, Annik. La banque mondiale et les villes - du développement à l'ajustement. Paris: Karthala, 1995.
SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole. Tese de livre-docência. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade (no prelo).
VANEIGEM, Raoul. Nous qui désirons sans fin. Paris: Gallimard, 1996.
VANEIGEM, Raoul. Isidore Ducasse et le Comte de Lautréamont dans les Poésies (veiculado por internet, 2005).
VIRNO, Paolo. Gramática de la multitud - para un análisis de las formas de vida contemporáneas. Madri: Traficantes de Sueños, 2003.